

Custos podem subir com reclassificação

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Diretores de bancos brasileiros em Nova York previram ontem um aumento dos custos das linhas de crédito de curto prazo como resultado da decisão dos reguladores de Washington de reclassificar os empréstimos de médio e longo prazo dos bancos americanos ao Brasil. Fontes financeiras americanas disseram que isso, de fato, acontecerá.

A subida dos juros sobre os créditos de curto prazo, que sustentam boa parte das operações comerciais do País, variará de banco para banco e as instituições maiores, com presença tradicional na praça, provavelmente sofrerão menos. Para bancos menores, o aumento poderá, porém, tornar-se proibitivo. Os juros médios dos créditos de curto prazo, que são divididos em linhas comerciais e linhas interbancárias, vem caindo desde o acordo de renegociação da dívida firmado em 1983, que as inventou. Desde então, caíram de pouco mais de US\$ 15 bilhões para cerca de US\$ 10 bilhões hoje. A maior parte é representada pelas linhas comerciais. Os juros médios pagos pelos 14 bancos brasileiros que operam nos EUA está na faixa de 2% sobre Libor, a taxa interbancária de Londres.

Tecnicamente, as linhas de curto prazo, em relação as quais o país está com os pagamentos em dia, não foram atingidas pela decisão do Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC). Elas continuam classificadas como "transferências de risco". O que o ICERC fez foi reclassificar os créditos de médio e longo prazo ao Brasil, que somam hoje entre US\$ 11.1 e US\$ 16.4 bilhões. Esta parte da dívida já havia sido reclassificada como "substandard" depois da moratória de 1987. Agora, diante da

falta de pagamento, suspenso há mais de um ano, e de perspectivas de normalização das relações do Brasil com seus credores, os reguladores rebaixaram novamente a classificação, desta vez para a categoria "valor prejudicado", e ordenaram aos bancos constituir reservas equivalentes a 20% de seus empréstimos de médio e longo prazos ao Brasil. Paralelamente, eles ordenaram aos bancos aumentar suas reservas específicas para créditos à Argentina 40% para 60%. A reclassificação da dívida argentina ocorreu há mais de um ano.

Ao optar pela reclassificação, as autoridades financeiras de Washington tomaram uma medida baseada em critérios técnicos e ignoraram as considerações políticas que o governo brasileiro lhes apresentou nas últimas semanas, em conversas de alto nível, numa tentativa de evitar a medida. Antes da carta dos reguladores ser enviada aos bancos, na segunda-feira, o secretário de Estado, James Baker III, e o subsecretário para assuntos econômicos do Departamento do Tesouro, David Mulford, explicaram ao ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, e ao embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, respectivamente, que a decisão não deveria ser interpretada como um gesto de desprezo pelo governo brasileiro. Esse cuidado foi tomado tanto tendo em consideração as dificuldades internas do governo Collor como a recente melhora das relações entre Brasília e Washington, motivada pela liberalização da política comercial do País.

A preocupação americana de evitar que a decisão do ICERC contamine o diálogo entre os dois países parece derivar do desejo de ganhar o apoio de Brasília na fase final do processo de revisão do Gatt.